

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARCOS AURELIO DA SILVA CERQUEIRA

**DIFICULDADE DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM SALA DE AULA:
UM ESTUDO EM UMA CIDADE NO INTERIOR DO ESTADO DO TOCANTINS**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2017

MARCOS AURELIO DA SILVA CERQUEIRA

DIFICULDADE DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM SALA DE AULA: UM ESTUDO EM UMA CIDADE NO INTERIOR DO ESTADO DO TOCANTINS.

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins do campus de Miracema – UFT, como requisito para obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação do Professor Dr. Ruhena Kelber Abrão Ferreira.

MIRACEMA DO TOCANTINS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- C416d Cerqueira, Marcos Aurélio da Silva.
Dificuldade dos alunos com deficiência física em sala de aula: um estudo em uma cidade no interior do estado do Tocantins. / Marcos Aurélio da Silva Cerqueira. – Miracema, TO, 2017.
32 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2017.
Orientador: Ruhena Kelber Abrão Ferreira
1. Educação especial. 2. Deficiência física. 3. Educação inclusiva.
4. Acessibilidade nas escolas. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARCOS AURELIO DA SILVA CERQUEIRA

DIFICULDADE DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM SALA DE AULA: UM ESTUDO EM UMA CIDADE NO INTERIOR DO ESTADO DO TOCANTINS.

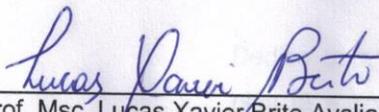
Monografia apresentada ao Curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins do campus de Miracema – UFT, como requisito para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação do Professor Dr. Ruhena Kelber Abrão Ferreira.

Data de Apresentação: 19/05/2017

Banca Examinadora:



Prof. Doutor Ruhena Kelber Abrão Ferreira, Orientador, UFT.



Prof. Msc. Lucas Xavier Brito Avaliador, UFT.



Prof.^a Esp. Milena Alves de Carvalho Costa, Avaliadora, UFT.

Dedico esta monografia a minha família pela fé e confiança demonstrada a mim durante todo esse percurso.

Aos meus amigos pelo apoio incondicional.

Aos professores pelo simples fato de estarem dispostos a ensinar. Ao meu orientador pela paciência demonstrada no decorrer do trabalho. Enfim a todos que de alguma forma tornaram este caminho mais fácil de ser percorrido.

AGRADECIMENTOS

Um sonho parece verdade quando a gente esquece-se de acordar. Hoje, vivo uma realidade que parece um sonho, mas foi preciso muito esforço, determinação, paciência, perseverança, para chegar até aqui, e nada disso eu conseguiria sozinho. Minha eterna gratidão a todos aqueles que colaboraram para que este sonho pudesse ser concretizado.

Agradeço a Deus pela oportunidade de estar realizando este trabalho.

A minha família, pelo incentivo e colaboração, principalmente nos momentos de dificuldade.

Ao meu orientador, professor Dr. Ruhena Kelber Abrão Ferreira por estar disposto a me ajudar sempre com suas orientações e observações pertinentes que contribuíram para a finalização deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas pelas palavras amigas nas horas difíceis, pelo auxílio nos trabalhos e dificuldades e principalmente por estarem comigo nesta caminhada tornando-a mais fácil e agradável.

Meu muito obrigado a todos.

Agir no sentido mais geral do termo significa tomar iniciativa, iniciar, imprimir movimento a alguma coisa. Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores, em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativa, são impelidos a agir. (...) O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é singular pode-se dizer, com certeza, que antes dele não havia ninguém. Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais.

Hannah Arendt

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo conhecer e analisar como ocorre a inclusão dos alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular buscando conhecer suas dificuldades e avanços. Inicialmente, para contextualização da temática, foi realizado um resgate histórico sobre a importância da legislação sobre Educação Especial e a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas garantindo assim seus direitos respaldados na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Declaração de Salamanca, Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência o amparo legal de que todos os alunos com necessidades especiais possuem o direito de serem incluídos nas atividades escolares em todas as disciplinas do currículo escolar. Para concluir destacamos que a inclusão das pessoas com necessidades especiais e deficiência física na escola pode ser benéfica como forma de adaptação escolar, tanto para aluno com necessidades, quanto para o aluno normal.

Palavras – chave: Deficiência física. Inclusão.

ABSTRACT

This monograph aims to know and analyze how occurs the inclusion of students with disabilities in classrooms of regular education seeking to know their difficulties and advances. Initially, to contextualize the theme, a historical rescue was made on the importance of legislation on Special Education and the inclusion of students with disabilities in class, thus guaranteeing their rights backed by the Federal Constitution, the Statute of the Child and Adolescent (ECA), Declaration of Salamanca, National Policy for the Integration of Persons with Disabilities, the legal support that all students with special needs have the right to be included in school activities in all disciplines of the school curriculum. To conclude, we emphasize that the inclusion of people with special needs and physical deficiency in school can be beneficial as a form of school adaptation, both for students with needs and for the normal student.

Keywords - Keywords: Physical disability and inclusion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Justificativa.....	12
1.2	Problematização.....	14
1.3	Objetivos.....	14
1.3.1	Objetivo Geral.....	14
1.3.2	Objetivo Específico.....	14
2	METODOLOGIA.....	15
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
3.1	A educação inclusiva e a legislação.....	16
3.2	Acessibilidade nas escolas.....	20
3.3	A inclusão e a importância das aulas de educação física para o aluno com deficiência.....	22
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
5	CONCLUSÃO.....	30
	REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

Em minhas experiências de vida e durante os estágios e visitas realizadas na escola em estudo, tenho observado professores com diferentes posturas no que diz respeito à educação inclusiva na área curricular. É perceptível que há aqueles professores que resistem ao processo de inclusão em sala de aula, muitas vezes por terem temor do desconhecido, do diferente, do insucesso por não ter experiência ou não ser preparado durante seus estudos acadêmicos para desenvolver um trabalho pedagógico com a inclusão. E, de outro lado, me deparo com aqueles que abraçam a causa, buscando novas possibilidades, errando, acertando, experimentando, tentando compreender quem é esse aluno com deficiência física e como trabalhar com esse aluno na sala de aula, quais as metodologias de ensino que deve ser aplicada para desenvolver as habilidades necessárias de acordo com o conteúdo curricular.

Sabe-se que o grande desafio da educação inclusiva brasileira por direito, é a implantação de uma educação de qualidade e com a organização de escolas que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação ou preconceito e que reconheçam as diferenças nos fatores de risco, contribuindo então, no processo educacional. Mantoan afirma que:

A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. (MANTOAN, 2005, p. 21).

Portanto, é muito importante que o professor esteja preparado para receber alunos com necessidades especiais e físicas, e que ele possa obter conhecimentos satisfatórios proporcionando metodologias diferenciadas durante as aulas teóricas e práticas como forma de inclusão nas atividades escolares.

Dentre as várias abordagens e concepções que vem a inclusão de alunos com necessidades na sala de aula do ensino regular, adota-se neste trabalho, aquela que entende que cabe a escola permitir ao aluno o acesso aos conhecimentos que dão sentido a aquisição de novos conhecimentos e significado

ao movimento humano (BRACHT, 1997). Concordando com esse entendimento, considero que todos os alunos têm direito a vivenciar, conhecer, experimentar e dar sentido pessoal aos conteúdos curriculares e culturais de Instituições de Ensino Regular.

Atualmente a educação inclusiva encontra-se em uma situação de crise de identidade. O monopólio histórico da educação especial na área do ensino de crianças com deficiência parece estar chegando ao fim. Cada vez mais há pressões sociais no sentido da abertura de espaços, para que as pessoas com deficiência saiam de redutos segregados, dentre elas as oficinas de trabalho protegidas e as escolas especiais, e coloquem-se nos espaços comuns da sociedade, isto é, nas escolas regulares, públicas e privadas, e também no mercado de trabalho.

O grande desafio do professor das turmas de ensino regular é contemplar aos alunos com necessidades e deficiências físicas especiais e os demais alunos os conteúdos curriculares necessários para ampliar os seus conhecimentos já adquiridos dentro dos seus limites e possibilidades, onde se deve buscar a valorização da capacidade de cada aluno transformando, criando e recriando novas possibilidades através das práticas inovadoras.

Encontramos-nos numa situação de significativa mudança na função pedagógica da educação especial, o que pode representar uma mudança do conceito e entendimento sobre a importância dessa inclusão para que se possa oportunizar a esses alunos formas significativas de maior aprendizagem e integração. Contribuindo assim para que haja um maior significado de vida. Desta forma, a presente monografia destaca da seguinte forma:

O primeiro capítulo trata-se da Educação Inclusiva e a Legislação a qual sabemos que possuímos na legislação brasileira várias Leis e Artigos que amparam os direitos do aluno no que se refere à educação inclusiva, no sentido de a escola adaptar-se às necessidades de cada aluno.

No segundo capítulo trata-se da Inclusão e a Educação Física, onde fala sobre o papel da Educação Física e a sua função no desenvolvimento dos alunos, especialmente daqueles com deficiência, tanto no desenvolvimento intelectual, social e afetivo. O qual é de primordial significado para a interação do aluno com deficiência nas salas de aulas regular e socializar-se com seus colegas de turma.

No terceiro capítulo, foi comentado sobre a Importância das Aulas práticas e metodologias diferenciadas em sala de aula para que haja uma

aprendizagem de qualidade e significativa para os alunos com Necessidades Especiais Educacionais. Falou-se também sobre a importância de todas as disciplinas do currículo educacional adaptar-se a essas metodologias diferenciadas como forma de auxiliar a desenvolver a consciência coletiva, a criatividade, a criticidade, o significado de cooperação e o significado de cidadão.

No quarto capítulo houve a possibilidade de estar comentando a respeito dos resultados obtidos durante o Estágio realizado em uma escola de ensino médio com um aluno com deficiência física, onde o mesmo teve durante sua infância a paralisia cerebral, a qual afetou seu desenvolvimento cognitivo. Observou-se também a importância de estar adequando a infraestrutura escolar para receber os alunos com deficiência física.

Esta monografia teve como objetivo analisar de forma sucinta quais as Dificuldades dos alunos com deficiência em sala de aula: Um estudo em uma cidade no interior do Estado do Tocantins.

1.1 Justificativa

Buscaremos conhecer como acontece a inclusão de pessoas com deficiência física nas aulas do ensino regular e quais são as suas dificuldades dentro do cotidiano escolar. Visto que atualmente se fala muito em processo de inclusão e se sabe que é um direito de todos que são excluídos do sistema educacional, em ter as mesmas condições de direito e acessibilidade. Anjos (2009, pág.19), afirma que “o conceito de inclusão foi elaborado em um movimento histórico que tem suas origens nas lutas das pessoas com deficiência por acesso à educação. Tem, portanto, nas suas bases, a história da educação especial. Tal história geralmente é descrita como um processo evolutivo que atravessa um período de segregação passa por esforços integrativos e deságua no movimento exclusivista”.

O trabalho de inclusão é longo e os resultados são obtidos de forma progressiva, por isso, é preciso discutir as políticas públicas que propõe a inclusão. Abordando vários contextos desde a formação do profissional até a construção de escolas com mobilidade adequada e até eventos esportivos que possa motivar as pessoas portadoras de necessidades especiais a também a participar do processo de inclusão.

Nas práticas segregacionistas iniciais, buscava educar o deficiente entre seus iguais, afastando-os do restante da sociedade, a deficiência era tida como própria do indivíduo e a ciência empenhava-se em caracterizar e categorizar os distúrbios a partir de um modelo médico da deficiência, amparado na categorização, na prevenção e na busca de cura, (MENDES, 2006, p.387-388). De acordo com o texto, antes o processo de inclusão trabalhava com os especiais de forma isolada mantendo a pessoa fora do meio social. A deficiência era tratada como problema da pessoa deficiente. E em outras situações a deficiência ao invés de realmente fazer uma inclusão, era simplesmente trabalhada no sentido médico de buscar uma cura a esse indivíduo.

As críticas a tais concepções e práticas evoluíram para uma visão integracionista: no campo científico, a ênfase deslocou-se dos fatores orgânicos ou individuais para os fatores sociais ou ambientais, ocorrendo um processo de transição do modelo médico para o modelo social da deficiência (MARCHESI; MARTIN, 1999, p. 11); após o período de segregação com estudos científicos desenvolvidos que antes a inclusão era feita através de um modelo médico. Houve uma transição com o objetivo social de integração trazendo nova proposta de trabalho para a socialização dessas pessoas.

Anjos (2009) relata ainda, que

A difusão das idéias inclusivas adotadas no Brasil como linha política e a decorrente decisão de matricular na escola regular os alunos com deficiência trouxeram à luz o fato de que concepções e práticas segregacionistas, integracionistas e inclusivistas convivem e se enfrentam no cotidiano das escolas. Pode-se atribuir tal situação ao fato de que as propostas de inclusão foram trazidas de outros países, com histórias diferenciadas de atendimento à deficiência, muitas vezes ignorando o trajeto real da educação especial no Brasil. (ANJOS, 2009, p. 387-388).

Atualmente no Brasil em toda rede regular de ensino garante a matrícula de alunos que é portador de algum tipo de deficiência, mas esses alunos na maioria das vezes dentro do próprio processo de inclusão se tornam excluídos. Pois a escola garante a matrícula, mas não garante a inclusão até mesmo como disse antes pela falta de profissional qualificado falta de estruturas das instalações escolares e falta de aquisições de materiais pedagógicos adaptados.

Na realidade os portadores de necessidades especiais em nossa sociedade, é um grupo pequeno e que precisa de atenção para solucionar seus

problemas e garantir a inclusão deles com igualdade de direito junto à sociedade. Sasaki (1997, pág. 125), diz que a inclusão é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de grandes e pequenas ações pode fazer a diferença na mentalidade de todas as pessoas inclusive para os portadores de necessidades especiais e deficiência física.

Portanto, justifica-se desenvolver esta monografia com o intuito de aprofundar melhor sobre como se encontra a inclusão de alunos com deficiência em uma escola Estadual de uma cidade do interior do Estado do Tocantins.

1.2 Problematização

Esta monografia busca mostrar a realidade do ensino regular com a inclusão dos alunos com deficiência e as suas dificuldades no cotidiano escolar. Portanto buscou-se saber sobre: As dificuldades dos alunos com deficiência em sala de aula: Um estudo em uma cidade no interior do Estado do Tocantins.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar como ocorre a inclusão dos alunos deficientes e suas dificuldades encontradas em sala de aula.

1.3.2 Objetivo Específico

- * Entender o que fala a literatura sobre a inclusão no Brasil;
- * Analisar a infraestrutura da escola quanto a acessibilidade, bem como, quanto os recursos pedagógicos para o atendimento aos alunos deficientes físicos.
- * Analisar as dificuldades encontradas no relacionamento pessoal dos alunos, afim de que, possa aumentar interação e o envolvimento participativo do aluno com deficiência com os demais.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos que foram adotados envolveram a observação em sala de aula, quadra de esporte escolar, interação no ambiente escolar, pesquisa documental de uma unidade escolar e a pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado. Segundo Severino (2002, p. 77):

A pesquisa bibliográfica tem por objetivo a descrição e a classificação dos livros e documentos similares, segundo critérios, tais como autor, gênero literário, conteúdo temático, data e etc. Dessa técnica resultam repertórios, boletins, catálogos bibliográficos. E é a eles que se deve recorrer quando se visa elaborar a bibliografia especial referente ao tema do trabalho. Fala-se de bibliografia especial porque a escolha das obras deve ser criteriosa, retendo apenas aquelas que interessem especificamente ao assunto tratado.

Em se tratando da pesquisa bibliográfica foram consultados livros, revistas e artigos de internet, bem como a pesquisa empírica que como se refere também ao estudo de caso este tipo de pesquisa bibliográfica é muito importante até mesmo porque toda nova pesquisa se inicia com uma pesquisa bibliográfica, sendo que a partir daí é que se podem ter novas visões sobre um problema.

Já para Cervo e Bervian:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 65).

Ou seja, a pesquisa se realiza mediante um processo no qual se buscam informações para responder questionamentos e cada investigação feita, permite um pensar reflexivo sobre o assunto estudado.

Esta observação foi feita duas vezes por semana durante o estágio, totalizando 8h diárias em 01(uma) escolas de uma cidade do interior do estado do Tocantins. Onde houve a possibilidade de averiguar se há aluno com deficiência física inserido no contexto escolar, assim como, se a Unidade Escolar adaptou o espaço escolar para que haja acessibilidade de um aluno com deficiência física.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A educação inclusiva e a legislação

Há muito tempo que ouvimos falar em inclusão de pessoas com necessidades na escola regular, a qual sabemos que possui na legislação brasileira várias Leis e Artigos que amparam os direitos do aluno no que se refere à educação inclusiva. A qual iniciou a sua implantação a partir da década de 90, no sentido da escola adaptar-se às necessidades de cada aluno e não ao contrário.

No que se refere à educação inclusiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB aponta o direito dos alunos com necessidades especiais à educação, reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais (BRASIL, 1961).

Segundo Portela (2008), Educação Especial e Inclusão Escolar evidencia a importância dos documentos relacionados à inclusão como as Leis e em especial a LDB, a constituição Federal, o Estatuto da Criança e Adolescente, a Declaração de Salamanca e a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência dando o amparo legal elucidando que todos os alunos com necessidades especiais possuem o direito da inclusão nas aulas em todas as disciplinas do currículo escolar, inclusive nas aulas de Educação Física. Portela (2008) evidencia que:

Na validade da Lei 5.692/72 houve um intenso discurso de democratização do ensino, aumentando o número de matrículas e gerando preocupações com o fracasso escolar, que geraram pesquisas na década seguinte. Contudo, o atendimento educacional a pessoas deficientes continuou sendo feito de forma superficial, digamos assim.

Em 1973, é criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial, sob a égide integracionista, configurado por campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado. Havia políticas especiais para alunos com deficiência. Com a Constituição Federal de 1988, a educação passou a figurar como um direito de todos (art. 205), estabelecendo “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art. 206), sendo o ensino dever do Estado, garantindo a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208, BRASIL, 1998).

Em 1990 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino. (ECA, 1990)

Em 1994, a Declaração de Salamanca influencia a publicação da Política Nacional de Educação Especial, porém esta mantém a responsabilidade da educação dos alunos com diferentes potenciais exclusivamente no âmbito da educação especial. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Na educação básica há a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante cursos e exames (SALAMANCA, 1994).

Em 1999, a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. A Convenção da Guatemala exige uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização (Ribeiro, 2003, p. 47).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001, fica determinado que as escolas devam se organizar para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais. Ampliam o caráter da educação especial, mas não potencializa a adoção de uma política de educação inclusiva (BRASIL, 2001).

Ainda segundo (Ribeiro, 2003, p. 47), fala que em 2002, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica definem que as instituições de ensino superior devem prever a diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Ainda neste ano, a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão e deve ser incluído como disciplina nos cursos de formação de professores e fonoaudiólogos. Também foram aprovadas as diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille (BRASIL, 2001).

Em continuidade, cita ainda Ribeiro (2003, p. 47) que em 2003 é criado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores. Em 2004, o Ministério Público Federal

apresenta o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns de ensino regular.

Em 2005 a LIBRAS foi incluída como disciplina curricular, o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e organização de educação bilíngüe no ensino regular. Ainda neste ano são implantados Núcleos de Atividades das Altas Habilidades/Superdotação em todos estados e DF. Nacionalmente são disseminados referenciais e orientações sobre inclusão nesta área. Em 2006 é lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que objetiva também fomentar, no currículo da educação básica as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior (Ribeiro, 2003, p. 47).

No ano de 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação tendo como eixos à acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implementação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado. Ainda neste ano um decreto garante o acesso e a permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas (Ribeiro, 2003, p. 47).

Portanto, acredito que incluir é garantir que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento escolar de forma diferenciada, mas organizado e ampliado conforme suas necessidades. E ao mesmo tempo, que este ensino tenha sentido e significado às suas aprendizagens, valorizando as possibilidades de as diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação.

Existem grandes dificuldades para a operacionalização da chamada inclusão, estando os sistemas de ensino em fase de reestruturação, não sabendo ao certo como devem ser os serviços de apoio especializado previstos na LDB, o que cria um clima confuso e tenso entre os profissionais da educação. (RIBEIRO, 2003, p. 47)

No entanto, segundo Brasil (1996) a diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Inclusive, o capítulo 5 da LDB 9.394/96 trata somente de aspectos referentes à Educação Especial.

Enfatiza a LDB no seu Art. 58 que sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno com necessidades especiais. Ou seja, em uma classe regular com inclusão pode haver um aluno surdo que necessite de um professor de apoio que saiba Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para auxiliá-lo em todas as disciplinas (BRASIL, 1996).

Atualmente, já se tornou uma realidade nas redes públicas de ensino, alunos com necessidades especiais freqüentarem a escola em salas de aula com inclusão. Isso é importante para que, “independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento, possam se desenvolver social e intelectualmente na classe regular” (BENITE, PEREIRA, 2011, p. 48).

Outro fato bastante pertinente que vale a pena citar, é que em uma sala de aula que conforme a Estratégia de Matrícula do Estado do Tocantins, uma sala de aula deve possuir até 40 alunos matriculados. Porém, onde há de dois a três alunos com necessidade educacional, a turma ficará com um quantitativo de 23 alunos matriculados e se houver comprovação de laudo médico de múltiplas necessidades, tem direito a um professor auxiliar em sala de aula.

Certamente é um avanço em relação ao passado, quando um jovem portador de necessidades especiais era excluído da sociedade, sendo mantido somente dentro de sua casa, além de não receber nenhum tipo de educação e de não participar de contatos ou atividades sociais, muitas vezes sendo até mesmo maltratado.

Entretanto, para que a inclusão de fato se concretize, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com esse tipo de situação. O art. 59, inciso III da LDB, diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL 1996, p. 44).

No entanto, não é isso que é verificado na realidade. Silva e Retondo (2008, pág. 28) citam Bueno (1999), que:

De um lado, os professores do ensino regular não possuem nenhum preparo pedagógico para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito

pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem.

No entanto, ainda que a inclusão de alunos com necessidades educacionais seja garantida pela legislação brasileira, na escola regular, sua efetivação ainda não é uma realidade concreta devido à falta instrução que todo professor deveria ter em sua formação. Sendo assim, percebe-se claramente que a inclusão de alunos nas escolas transmite claramente que há a necessidade de mudanças na linguagem, na postura do professor, na metodologia de ensino, na forma de avaliar, nas atividades físicas. Que como cita SILVA e RETONDO (2008) o aluno precisa ser atendido de forma que possa construir competências dentro de sua especificidade.

Acredito que pensar na inclusão escolar significa levar em consideração uma metodologia de ensino e aprendizagem que busque dar as mesmas oportunidades físicas e teóricas no decorrer das aulas a todos os alunos de forma igualitária como é nitidamente expressa na Legislação brasileira.

3.2 Acessibilidade nas escolas

O termo acessibilidade significa dar condições e oportunizar a todos, segurança, autonomia, garantia de direitos, a fim de que possa viver com respeito em sociedade. À vista disso, a escola exerce um papel muito relevante na vida do aluno com deficiência física, pois possui um valor social bastante significativo em seu crescimento.

Assim, torna-se essencial, inicialmente, conceituar a acessibilidade, esclarecendo sua importância nos dias atuais.

Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Decreto nº 5.296/2004, Artº 8º. Inciso I).

Desta forma, é na demanda de uma sociedade mais participativa que nos encontramos com a acessibilidade, um dos fatores importantes do processo

inclusivo, instituindo um desafio a ser superado, pois são muitas as complexidades e barreiras encontradas nas práticas pedagógicas das escolas.

Desse modo penso que principalmente os professores e outros profissionais vinculados na área da educação enfrentam o desafio da inclusão no espaço escolar, o que ponderamos que não deveria ser assim, pois essa etapa de adequação à essa nossa realidade já deveria ter sido superada. Nesse sentido, que se pondera que as escolas devem estar adaptadas às necessidades de todos os alunos que precisam dessas adequações e apresentam a minoria dentro das escolas. Destacando ainda aqui, que essas adequações devem ser de encontro à acessibilidade.

Portanto destaco a Lei da Acessibilidade, nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que institui normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Assim a inclusão e a relação escolar dos alunos “refere-se ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, a crianças com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola.” (BRASIL, 1994, p. 18).

Deste modo, em relação ao espaço escolar pode-se dizer que em meio a inúmeros elementos em que a escola necessita para se ajustar e receber os alunos portadores de necessidades especiais a adequação do meio físico está entre as fundamentais, uma vez que irá possibilitar o acesso de todos ao meio educativo.

A diversidade está presente entre todos os alunos matriculados nas instituições de ensino em todo o país, desafiando a sociedade de uma forma geral a um maior empenho com o processo inclusivo.

Assim, considera-se que a diversidade presente nas escolas exige compromisso, colaboração e responsabilidade por parte dos professores, da família e de toda a comunidade escolar, contribuindo para um melhor atendimento possível aos alunos com necessidades especiais.

Assim, consideramos que a educação inclusiva é o caminho para esse desenvolvimento social, pois através de um trabalho significativo dentro das instituições escolares podemos construir uma sociedade voltada para as questões humanas.

3.3 A inclusão e a importância das aulas de educação física para o aluno com deficiência

Nota-se que nos dias de hoje, educar é um ato que também está relacionado aos movimentos do corpo, a concentração ao uso da criatividade. Uma realidade nas salas de aula onde, o aluno fica sentado e parado por várias horas sem movimentar-se utilizando apenas como exercício o aprendizado realizado pelas atividades que envolvam o raciocínio.

A Educação Física deve ser também uma adequação de metodologia diferenciada com materiais pedagógicos adequados a sua clientela de alunos e técnicas que venham atender as diferenças individuais de cada aluno para que se possa oportunizar a todos os discentes a participação no maior número de atividades possíveis. Visando, assim, a melhoria do conhecimento teórico e prático melhorando assim o nível técnico, motor, afetivo, cognitivo, bem como a interação e integração com as demais disciplinas do currículo escolar.

Aviz (1998) ressalta que o esporte e a atividade física podem significar para o portador de deficiência, o desenvolvimento da auto estima, a melhoria da sua autoimagem, auto estima o estímulo à independência, a integração com outras pessoas, uma experiência enriquecedora com seu próprio corpo, de testar suas possibilidades, prevenir-se contra deficiências secundárias e integrar-se consigo mesmo e com as outras pessoas.

Portanto, a fim de iniciar com total clareza sobre o assunto a ser abordado neste capítulo, há a necessidade de diferenciar o significado de inclusão e integração. Deste modo, “a inclusão diz respeito à aceitação e participação de todos no contexto social e está voltado principalmente às pessoas com deficiências, físicas ou mentais. Para que esse princípio passe a vigorar na sociedade, a escola deve ser a primeira a adotá-lo” (GILSON BRUM, 1999).

No entanto a Integração é um processo no qual a pessoa com deficiência é capaz de participar da escola do jeito que ela está organizada. Já a educação inclusiva é uma proposta de tornar a escola acessível, garantindo a participação de todas as pessoas. Para ilustrar a diferença, a integração seria o mesmo que nós termos, em um ginásio, uma ala reservada para portadores de deficiência física. Se o objetivo fosse a inclusão, eles poderiam se sentar em qualquer lugar do ginásio, e

todas as vias de acesso às arquibancadas seriam adaptadas ao deslocamento deles” (GILSON BRUM, 1999).

Deste modo, a disciplina do currículo de Educação Física possui uma função respeitável no desenvolvimento dos alunos, especialmente daqueles com deficiência, tanto no desenvolvimento intelectual, social e afetivo. Ela busca agir nas ações do aluno sem que haja desigualdades, tornando a autoestima e a autoconfiança mais elevada através das possibilidades de inclusão das atividades.

De acordo com a revista Educadores do Saber (2010), sobre a inclusão e a sala de aula, a mesma cita que:

Disposição, boa vontade e determinação para quebrar conceitos antigos são alguns requisitos necessários para os professores tornarem sua classe inclusiva. Na disciplina de educação física, esse princípio traz um grande benefício para todos os alunos, mesmo para os que não têm deficiências. Isso porque a grande parte deles se descobre capaz de praticar atos solidários e cooperativos, aumentando sua tolerância e compreensão em relação aos outros, o que é muito importante, ainda mais na nossa sociedade, altamente competitiva. Deve haver preocupação também com alunos que tenham uma deficiência orgânica e técnica. O número de crianças obesas, exemplificando, é enorme e a segregação nas aulas de educação física se torna evidente se as atividades tiverem um objetivo competitivo, se vencer for mais importante que tudo. É preciso criar nos alunos o gosto pelo trabalho solidário e cooperativo, realizando atividades em que possam demonstrar o conhecimento aprendido em outras aulas ou em outras situações fora da escola e auxiliar seus colegas com ou sem deficiência.

Assim sendo, é muito importante que a escola e o professor de Educação Física também estejam preparados para receber estes alunos especiais e que esteja atento para que esse educando possa desenvolver a sua autoestima de forma que possa obter conhecimentos satisfatórios em sala de aula, que participe das atividades propostas, não se sinta discriminado, se sinta fazendo parte da sala de aula, bem como, que tenha o domínio de habilidades necessárias para a sua vida estudantil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo que iremos desenvolver tem como finalidade enfatizar possíveis mudanças necessárias que devem ocorrer na estrutura física e nos recursos pedagógicos de uma escola estadual do interior do Estado do Tocantins que atende alunos com deficiência física destacando a acessibilidade do espaço escolar como facilitador ao acesso de um aluno cadeirante com múltiplas dificuldades de ensino e aprendizagem.

Ressalta-se que dentro da legalidade, existe a Lei nº 10.098/00 (BRASIL, 2000), enfatizando que todas as escolas devem promover espaço acessível, adequando os espaços que atendam à diversidade humana e eliminando as barreiras arquitetônicas. Igualmente foi promulgado o Decreto nº 5.296/04 que institui normas gerais e critérios básicos para o acesso da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

Neste sentido, acredita-se que a Unidade Escolar em estudo tem procurado contribuir para que o aluno em estudo possua o total acesso a todos os departamentos escolares contribuindo desta forma com o ensino e aprendizagem desse aluno.

Figura 1. Entrada da Escola



Fonte: Pesquisa de campo (Marcos Aurélio/2017)

Para que possa acontecer de fato uma inclusão de qualidade, é necessário um ambiente adequado para o aluno com deficiência. Segundo Schirmer e Machado,

Acessibilidade espacial significa poder chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece, e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis. Para um aluno ir até sua escola, situada no centro da cidade, é possível chegar através de automóvel, de ônibus ou a pé. No caso de um cadeirante, o percurso deve ser acessível (com rampas nos passeios e na entrada do edifício, dimensões adequadas, travessias seguras, etc.). (SCHIRMER; MACHADO, 2007, p. 106).

Figura 2. Acesso à sala de aula



Fonte: Pesquisa de campo (Marcos Aurélio/2017)

Em continuidade esse mesmo autor contribui destacando aspectos relativos à acessibilidade no interior da escola, da seguinte forma:

Ao entrar na escola deve ser possível identificar o caminho a seguir de acordo com a atividade desejada através da configuração espacial e/ou da informação adicional (por exemplo, utilizando a rampa para ir à biblioteca no segundo andar). Um aluno com deficiência visual deveria poder obter informação através de mapas táteis e em braile para encontrar sua rota com independência. Finalmente ao chegar na biblioteca deve ser possível a

todos os alunos alcançar seus livros e poder ler e estudar em condições de conforto e segurança. Enfim, prover acessibilidade espacial é, sobretudo, oferecer alternativas de acesso e uso a todas as pessoas, garantindo seu direito de ir e vir, sua condição de cidadania. (SCHIRMER; MACHADO, 2007, p. 106).

Figura 3 - Acesso à Biblioteca Escolar: Sala Multifuncional; Sala de Vídeo e Labin.



Fonte: Pesquisa de campo (Marcos Aurélio/2017)

Figura 4 – Acesso à quadra esportiva e banheiros.



Fonte: Pesquisa de campo (Marcos Aurélio/2017)

De acordo com as imagens, nota-se claramente que a Unidade Escolar tem procurado facilitar o espaço escolar Ra que o aluno com deficiência física possa se locomover com facilidade dentro do ambiente escolar e assim, contribuir para que o mesmo tenha acesso a todos os ambientes de ensino e aprendizagem.

A acessibilidade institui um fator muito significativo para o exercício da cidadania dos deficientes físicos, contribui de fato para a sua inclusão dentro do espaço escolar.

Houve a possibilidade de perceber que muitas adaptações foram realizadas, mas que é preciso também que os recursos e serviços adaptados a eles estão garantidos por Lei e as dificuldades deparadas no ambiente escolar não devem ser motivo de exclusão desses alunos.

Destaca-se ainda aqui que durante a realização do projeto de pesquisa dessa monografia, além de observar os espaços físicos dessa Unidade Escolar, houve a possibilidade de observar um determinado aluno do Ensino Médio que participa das atividades escolares normalmente e que em diálogo com os servidores dessa escola percebeu-se que a adequação do espaço escolar foi realizada em função do atendimento a este aluno no espaço escolar. Percebeu-se ainda, que o determinado aluno possui uma professora auxiliar em sala de aula, além do professor regente da área do currículo.

O aluno em questão, possui paralisia cerebral, destacando que a mesma afetou o físico e o intelectual, bem como dificuldades na fala. Mas que de acordo com os professores das áreas do currículo escolar, o mesmo participa das atividades escolar normalmente e principalmente, das atividades de Educação Física, as quais auxiliam o aluno a movimentar-se de acordo com as suas possibilidades.

De acordo com Cosmo (2008, pág. 10), o grau de gravidade da paralisia cerebral que classificamos como severas ou leves, alcança áreas do cérebro responsáveis pelo desenvolvimento motor, caracterizando-se em perda total dos movimentos ou dificuldades na fala.

Figura 5 – Aluno com deficiência física inserido na sala do ensino regular.



Fonte: Pesquisa de campo (Marcos Aurélio/2017)

Figura 6 – Aluno com deficiência física tendo acesso a sala Multifuncional



Fonte: Pesquisa de campo (Marcos Aurélio/2017)

Falando ainda sobre escolas inclusivas, Paula e Costa (2007), apontam que como fundamentais características o respeitar, o aceitar e o acreditar na potencialidade de cada aluno com deficiência, não apenas os alunos com deficiência física, mas sim para todos, possibilitando assim uma educação de qualidade e sem preconceitos. Onde o aluno é inserido no contexto escolar de forma significativa.

5 CONCLUSÃO

Certamente, já melhoramos muito no que diz respeito à educação inclusiva e a acessibilidade e seus objetivos nos dias atuais. Se formos considerar a trajetória do passado com a atualidade, podemos observar que certo tempo atrás o aluno portador de deficiência física era afastado da sociedade, o mesmo não recebia um ensino adequado e tão pouco participava de eventos escolares ou outros. Contudo, nos dias de hoje, o aluno possui um tratamento igualitário tanto nas instituições de ensino quanto na vida social. Pois os seus direitos são garantidos tanto na LDB quanto na Declaração Universal de Direitos Humanos, Direitos da Criança, Declaração de Salamanca dentre outros.

No decorrer dos capítulos escritos com pesquisas realizadas, estágios em escola pública, leituras de artigos, livros e revistas sobre o tema desenvolvido houve a possibilidade de perceber que a função do professor na escola é atender todas as diferenças existentes na escola estando eles preparados ou não. Mas que a participação do aluno com deficiência nas aulas é muito importante para que ele desenvolva suas capacidades perceptivas, afetivas, de integração e de inclusão social favorecendo a sua autonomia e sua independência.

Acredito que pensar a inclusão do deficiente físico signifique considerar um processo de ensino e aprendizagem que busque dar as mesmas oportunidades de vivência, de experiência a todos os alunos, colocando-os num mesmo padrão de ensino e aprendizagem.

Portanto, é indispensável que haja uma inclusão de verdade, onde a escola esteja organizada tanto fisicamente quanto em recursos pedagógicos e que aperfeiçoe cidadãos sem preconceitos, tendo ciência que todos possuem direitos e deveres iguais, e são dignos de respeito.

Desta forma, conclui-se que o processo de inclusão ainda necessita de maiores conhecimentos e adequações, pois a carência de conhecimento prático para os educadores da área é grande. Inclusão escolar de alunos deficientes ainda continua em processo de transformação e aceitação pela sociedade, precisando ainda melhorar muito para garantir a qualidade de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AVIZ, C.C. **A criança portadora de necessidades educativas especiais e sua inclusão no ensino regular nas aulas de Educação Física**. Brasília: Faculdade de Educação Física / Universidade de Brasília, 1998. Monografia de Especialização.

BRACHT, Valter. Educação Física: Conhecimento e especificidade. In. SOUSA, Eustáquia Salvadora e VAGO, Tarcísio Mauro. (orgs). **Trilhas e Partilhas: Educação Física na Cultura Escolar e nas Práticas Sociais**. Belo Horizonte: 1997

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 3 dez 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. N.º 9.394, de 1996. Disposições Constitucionais, Lei nº 9.424, de 24 de Dezembro de 1996. Brasília, DF, 1998.

BRASIL/MEC- Ministério da Educação e do Desporto - Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de Educação Especial**. Brasília, Livro 1, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial **O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. **Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 20 dez 2000.

CLAXTON, Guy. **O desafio de aprender ao longo da vida**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DECLARAÇÃO, de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PORTELA, Cibele. **Educação Especial e Inclusão Escolar**. Porto Alegre, junho 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psicoeduc>.

PAULA, A. R.; COSTA, C. M. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. Brasília: MEC, 2007.

PALHARES e MARINS. **Escola Inclusiva**. São Carlos: Ed. UFSC, 2002.

PERDIGÃO, P. **Anatomia de uma derrota**. São Paulo: L&PM, 1986.

RETONDO, C.G. & Silva, G.M. (2008). **Ressignificando a Formação de Professores de Química para a Educação Especial e Inclusiva: Uma História de Parcerias**. Química nova na Escola, 30, 27-33.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri Ribeiro. **Perspectivas da Escola Inclusiva: Algumas Reflexões**. In: RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Orgs.). **Educação Especial: Do Querer ao Fazer**. Avercamp: São Paulo, 2003. p. 41-51.

RODRIGUES, Armindo J. **Contextos de Aprendizagem e Integração/Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais**. In: RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Orgs.). **Educação Especial: Do Querer ao Fazer**. Avercamp: São Paulo, 2003. p. 15-26.

RODRIGUES, M. Filho. **Vamos ser dignos dos campeões do mundo**. Rio de Janeiro: Jornal dos Sports, 1958.

SILVA, S. R. **Tua imensa torcida é bem feliz: da relação do torcedor com o clube**. 2001. 130 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SCHIRMER, C. R. et al. **Atendimento educacional especializado: deficiência física**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.